

Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. – EMTR

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS S.A. - EMTR
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis **Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

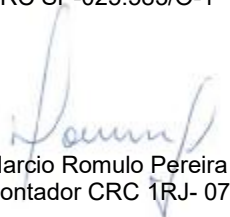
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/O-1



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ- 076. 774-O - 7

EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESIDUOS S.A - EMTR

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.450	145	Fornecedores	2	4	
Impostos a compensar	5	530	389	Obrigações fiscais	14	12	
		<u>5.980</u>	<u>534</u>	Salários e obrigações sociais	9	40	39
						<u>56</u>	<u>55</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	6	2.340	2.750				
Outras contas a receber	7	-	43.819	Obrigações por compra de imóvel	10	-	2.000
Imobilizado	8	42.275	97			-	2.000
		<u>44.615</u>	<u>46.666</u>				
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		48.824	48.824
				Reserva de lucros		1.715	-
				Prejuízos acumulados		-	(3.679)
						<u>50.539</u>	<u>45.145</u>
Total do Ativo		<u>50.595</u>	<u>47.200</u>	Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>50.595</u>	<u>47.200</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESIDUOS S/A - EMTR

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas de ativos financeiros das concessões		-	111
Receita operacional líquida		-	111
Custos dos bens e serviços		-	(111)
Lucro bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais:			
Despesas administrativas	12	(1.252)	(1.013)
Despesas tributárias	13	(810)	(20)
Outros resultados operacionais	14	8.595	-
		<u>6.533</u>	<u>(1.033)</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		528	5
Despesas financeiras		(17)	(3)
		<u>511</u>	<u>2</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>7.044</u>	<u>(1.031)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	16		
Contribuição social		(444)	-
Imposto de renda		(1.206)	-
		<u>(1.650)</u>	<u>-</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício		<u>5.394</u>	<u>(1.031)</u>
Lucro / (prejuízo) por ação - R\$		<u>0,11</u>	<u>(0,02)</u>

EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESIDUOS S/A - EMTR

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	5.394	(1.031)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>5.394</u>	<u>(1.031)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESIDUOS S/A - EMTR

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	48.824	-	-	(2.648)	46.176
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.031)	(1.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>48.824</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.679)</u>	<u>45.145</u>
Lucro do exercício	-	-	-	5.394	5.394
Constituição de reserva legal	-	86	-	(86)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.629	(1.629)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>48.824</u></u>	<u><u>86</u></u>	<u><u>1.629</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>50.539</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESIDUOS S/A - EMTR

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro / (Prejuízo) do exercício	5.394	(1.031)
Ajustes por:		
Depreciação	<u>29</u>	<u>29</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido ajustado	5.423	(1.002)
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (diminuição) dos impostos a compensar	(141)	411
Diminuição das partes relacionadas	410	610
Aumento (diminuição) de outras contas a receber	-	(111)
Diminuição (aumento) de fornecedores	(2)	-
Aumento das obrigações fiscais	2	-
Aumento das obrigações com pessoal	<u>1</u>	<u>2</u>
Caixa proveniente das operações/ (utilizado nas) operações	<u>5.693</u>	<u>(90)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	<u>(388)</u>	<u>(3)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(388)</u>	<u>(3)</u>
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>5.305</u></u>	<u><u>(93)</u></u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	145	238
No final do exercício	<u>5.450</u>	<u>145</u>
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.305</u>	<u>(93)</u>

EMPRESA METROPOLITANA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS S.A - EMTR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. – EMTR (“Concessionária e/ou Companhia”) é uma sociedade anônima de capital de fechado, com sede em Belo Horizonte – MG, iniciou suas atividades em 19 de maio de 2014 e tem como objetivo específico a exploração, mediante concessão administrativa junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD (“Poder Concedente”), dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convergentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano.

Em 25 de fevereiro de 2022 a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Termo de Rescisão Amigável, no âmbito do contrato de concessão administrativa oriundo da concorrência nº 02/2013 SEDRU-MG.

Em decorrência da celebração deste Termo de Rescisão Amigável, a Companhia foi indenizada pelo valor total de R\$ 63.715.405,19 (sessenta e três milhões, setecentos e quinze mil, quatrocentos e cinco reais e dezenove centavos), composto da seguinte forma:(i) R\$ 55.795.173,77 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e três reais e setenta e sete centavos) correspondente a imóveis reversíveis adquiridos pela EMTR; (ii) R\$ 513.753,76 (quinhentos e treze mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos) referente a equipamentos reversíveis; e (iii) R\$ 7.406.477,86 (sete milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e seis centavos) referente a custos incorridos no período. O valor de R\$ 55.120.870,34 (cinquenta e cinco milhões, cento e vinte mil, oitocentos e setenta reais e trinta e quatro centavos) será quitado mediante dação em pagamento de imóveis e equipamentos reversíveis, avaliados a valor de mercado, que deixarão de ser reversíveis, em caráter *pro soluto* e o restante da indenização, no valor de R\$ 8.594.534,85 (oito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), foi quitado em espécie durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia atesta que os bens móveis e imóveis dados em pagamento encontram-se em sua posse, ficando disponíveis para seu livre usufruto a partir da assinatura do Termo de Rescisão Amigável com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Após a rescisão do contrato de concessão, a Administração estudou alternativas para a continuidade operacional da EMTR e conclui que existem oportunidades potenciais para operar no recebimento de resíduos sólidos, atendendo a contratos com clientes públicos e privados. Já existem tratativas para efetivação de negócios dessa natureza e há possibilidade provável que no próximo exercício a Companhia inicie suas operações.

A estratégia para a EMTR, pós rescisão, se fundamenta na alteração do objeto específico (SPE) para a operação privada (S/A), com foco, a princípio, nos municípios de Ribeirão das Neves e Esmeraldas que atualmente dispõe seus resíduos em aterros sanitários licenciados mais distantes, onerando, desta forma, o transporte e conseqüentemente o custo final para destinação correta dos resíduos gerados pelas municipalidades. Além destes municípios, existem ainda na região, clientes privados que necessitam de aterros sanitários para disposição final dos seus resíduos, sendo previsto para os próximos anos a entrada de novos municípios que atualmente destinam seus resíduos em aterros próprios com vida útil comprometida.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2022, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social.

2 - Apresentação das demonstrações e as principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas).

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.d.

Em 22 de março de 2023, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

d) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Sociedade de continuarem operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3 - Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações registradas pelo método linear, considerando as respectivas taxas calculadas de acordo com a vida útil estimada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

d) Outras contas a receber

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Concessionária possuía contrato de concessão pública de serviço de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convergentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano.

O contrato de concessão dá ao poder Concedente o direito a todos os bens construídos relacionados ao contrato no final da vigência do mesmo, porém a Concessionária possui o direito de receber indenização pela estrutura construída e de cobrar pelos serviços, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Concessionária reconhece como ativo financeiro esse direito.

e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240.000,00 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Com base na avaliação da Administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

i) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	13	144
Aplicações financeiras (i)	5.436	-
Caixa e Equivalentes de Caixa líquido	<u>5.450</u>	<u>145</u>

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022.

5 - Impostos a compensar

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Imposto de renda	204	108
Contribuição social	32	-
Imposto de renda retido na fonte	294	281
	<u>530</u>	<u>389</u>

6 - Transações com partes relacionadas

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Vital Engenharia Ambiental S/A	1.053	1.238
Construtora Barbosa Mello S/A	644	756
Revita Engenharia S/A	644	756
	<u>2.340</u>	<u>2.750</u>

As transações com partes relacionadas estão representadas por contratos de mútuo, garantidos por notas promissórias, sem vencimento e sem a incidência de encargos financeiros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$ 410 (R\$ 610 em 2021).

7 - Outras contas a receber

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Outras contas a receber (i)	-	43.819
	<u>-</u>	<u>43.819</u>

A EMTR possuía contrato de concessão – PPP firmado com o Governo de Minas Gerais para realização de serviço de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 em 25 de fevereiro de 2022 a Companhia formalizou o distrato da concessão através de rescisão amigável, no âmbito do contrato de concessão administrativo e o saldo anteriormente registrado como outras contas a receber foi devidamente transferido para o imobilizado.

8 - Imobilizado

a) Composição

		<u>31.12.2022</u>			<u>31.12.2021</u>
	Taxa Anual de Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	-	36.080	-	36.080	-
Equipamentos de campo	20	281	(216)	65	92
Moveis e utensilios	10	17	(14)	3	5
Imobilizado em andamento	-	6.127	-	6.127	-
		<u>42.505</u>	<u>(230)</u>	<u>42.275</u>	<u>97</u>

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Terrenos	Equipamentos de campo	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
	Saldo líquido em 31/12/2020	-	116	7	-
Adições	-	3	-	-	3
(-) Depreciações	-	(27)	(2)	-	(29)
Saldo líquido em 31/12/2021	-	92	5	-	97
Adições	36.080	-	-	6.127	42.207
(-) Depreciações	-	(27)	(2)	-	(29)
Saldo líquido em 31/12/2022	36.080	65	3	6.127	42.275

9 - Salários e obrigações sociais

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Salários a pagar	8	7
Provisão de férias e encargos	27	27
Encargos sociais a recolher	5	5
	<u>40</u>	<u>39</u>

10 - Obrigações por compra de imóvel

Em 6 de julho de 2017 a Companhia firmou acordo de transação judicial, nos moldes do Art. 840 e seguintes do Código Civil, para pôr fim a demanda referente a aquisição do Imóvel denominado “Lagoinha”, com área aproximada de 48,40Ha, situado no Município de Ribeirão das Neves-MG, adquirido de Barata Martins Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. pelo valor total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia já havia amortizado o valor de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões), restando um saldo remanescente a pagar de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que estava condicionado ao início das atividades e operação da Companhia. Em decorrência da formalização do Termo de Rescisão Amigável descrito na nota explicativa nº 1 o saldo remanescente, ora condicionado ao início da operação do contrato firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais, não será pago pela Companhia. A baixa contábil ocorreu na data da assinatura do Termo de Distrato Amigável em contrapartida a conta de terrenos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

11 - Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 48.824.000,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e quatro mil reais), divididos em 48.823.560 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e três mil e quinhentos e sessenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal e distribuição de lucros

O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 50% (cinquenta por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

A administração da Companhia foi informada por seus acionistas de que estes deliberarão na Assembleia Geral Ordinária pela retenção de todo o lucro do exercício, de forma que a proposta da administração e estas demonstrações contábeis não contemplam distribuição de dividendos, nos termos do art. 202, § 3º, II, da Lei 6.404/76.

c) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

d) Resultado por ação

	Resultado do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31.12.2022	5.394	48.824	0,11
31.12.2021	(1.031)	48.824	(0,02)

12 - Despesas administrativas

	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal	(251)	(225)
Locação	(20)	(21)
Serviços de terceiros (i)	(854)	(651)
Depreciações	(29)	(29)
Consumo	(20)	(16)
Outros	(78)	(71)
	<u>(1.252)</u>	<u>(1.013)</u>

(i) Composto basicamente por serviços prestados de vigilância e segurança.

13 - Despesas tributárias

	31.12.2021	31.12.2021
Tributos municipais	(15)	(20)
PIS e COFINS (i)	(795)	-
	<u>(810)</u>	<u>(20)</u>

(i) Tributos incidentes sobre a indenização recebida do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

14 - Outros resultados operacionais

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2021</u>
Indenizações de terceiros (i)	<u>8.595</u>	<u>-</u>
	<u>8.595</u>	<u>-</u>

(i) Indenização recebida do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

15 - Resultado financeiro líquido

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas Financeiras		
Sobre aplicações financeiras	544	-
Juros	10	5
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	<u>(26)</u>	<u>-</u>
Total	528	5
Despesas Financeiras		
Bancária	(2)	(3)
Juros	<u>(15)</u>	<u>-</u>
Total	(17)	(3)
Resultado Financeiro Líquido	<u>511</u>	<u>2</u>

16 - Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.044	-
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	2.395	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Compensação de base negativa	(718)	-
Outros	<u>(27)</u>	<u>-</u>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.650</u>	<u>-</u>
Despesa de Contribuição Social	444	-
Despesa de Imposto de Renda	<u>1.206</u>	<u>-</u>
	<u>1.650</u>	<u>-</u>

17 - Coisa Julgada

Alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), como conclusão dos julgamentos dos recursos extraordinários que discutem os limites da coisa julgada em matéria tributária (RE 949.297 e do RE 955.227, elencados nos Temas 881 e 885 da repercussão geral), na qual houve entendimento pela cessação de efeitos da coisa julgada de forma automática nos casos em que houver nova decisão em sentido contrário do STF, confirmamos nosso entendimento de que não há temas de ordem tributária vinculados à nossa escrita fiscal que tenham sido objeto de processos judiciais com trânsito em julgado individual, em relação aos quais estejamos fruindo os efeitos, que foram ou, eventualmente, ainda que de forma hipotética, possam vir a ser matéria de nova avaliação pelo STF em sede eficácia geral, pelo que confirmamos não haver quaisquer considerações ou efeitos a serem considerados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ora apresentadas.

18 - Gestão de Risco Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

19 - Transações não caixa

Conforme nota explicativa nº 1 e nº 7, a EMTR possuía contrato de concessão – PPP firmado com o Governo de Minas Gerais para realização de serviço de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, em 25 de fevereiro de 2022 a Companhia formalizou o distrato da concessão através de rescisão amigável, no âmbito do contrato de concessão administrativo e o saldo anteriormente registrado como outras contas a receber foi devidamente transferido para o imobilizado.